



O Mauá “dos últimos tempos do jugo colonial e nos primeiros de nossa vida independente”: o marquês de Barbacena por Rodrigo Otávio Filho.

RAFAEL CUPELLO PEIXOTO*

Escrita em 1944, *Figuras do Império e da República* de Rodrigo Otávio Filho reúne seis ensaios biográficos. Quatro de personagens do Império: marquês de Barbacena, visconde de Mauá, General Osório e Tavares Bastos. E, outros dois da República: Prudente de Moraes e Ubaldino do Amaral (OTÁVIO FILHO, 1944). O referido livro, de 213 páginas, pode ser inserido no mesmo contexto de produção da obra de João Pandiá Calógeras (CALÓGERAS, 1982).¹ Isto é, a mesma foi resultado do “boom” biográfico dos anos de 1920-40.² Da mesma forma, podemos perceber ao longo da obra, duas características que marcaram a escrita biográfica do período em questão: a preocupação em criar figuras modelares, de caráter pedagógico para a formação da nação, bem como as discussões sobre as relações entre a biografia, a história e a literatura, relativizando as relações do discurso historiográfico com a verdade. Sobre o último ponto, Otávio Filho afirmou, quando da dificuldade de traçar um perfil sobre o marquês de Barbacena:

Difícil, difícilimo, isto sim, será traçar-lhe o perfil, principalmente a quem não ignora a lição de Maurois, de que esse gênero de literatura pede os escrúpulos da ciência, os encantamentos da arte, a verdade sensível do romance. Tornam-se, pois, necessários muita prudência e tato (OTÁVIO FILHO, 1944: 12).

Portanto, podemos afirmar que Rodrigo Otávio Filho era um defensor do gênero da *biografia romanceada* ao se mostrar um admirador de André Maurois – o mesmo teve a

*Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História Política da UERJ. Bolsista do Programa de Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Professor de Ensino Médio do Colégio Imaculado Coração de Maria (CICM-RJ).

¹ João Pandiá Calógeras foi notável polígrafo, diplomata, financista e historiador. Era um grande estudioso das relações diplomáticas do Brasil, colecionando uma gama de estudos que perpassavam do período colonial até a república. Entre os trabalhos publicados, destaca-se a mais famosa biografia a respeito do marquês de Barbacena. Cf. CALÓGERAS, Pandiá. *O marquês de Barbacena*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982. Sobre Pandiá Calógeras cf. tb. CARVALHO, Antônio Gontijo de. *Calógeras*. Coleção Brasileira. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935; PINTO, Luiz. *Pequenos estudos sobre grandes administradores do Brasil: Pandiá Calógeras*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação, do D.A.S.P., 1956; PALHA, Américo. *Pandiá Calógeras: O Estadista e o Sábio*. Coleção Lindolfo Collor. Brasil: Serviço de Documentação do M.T.I.C., 1959.

² Marcia de Almeida Gonçalves afirmou que a Coleção *Brasileira* entre seus 196 títulos publicados na década de 1930, 25% deles correspondiam ao gênero história, enquanto 19,3% ao gênero biográfico. Nas duas décadas seguintes, apesar da diminuição do volume de publicações de livros, a porcentagem e a proporcionalidade entre os referidos gêneros foram mantidas, garantindo a liderança dos gêneros história, biografia e memórias até os anos de 1960. No que diz respeito à coleção *Documentos Brasileiros*, de um total de 107 títulos, para o período de 1930 a 1960, 40 (ou 37,3%) publicações correspondiam ao gênero biográfico e memórias, seguido por 28 (ou 26,1%) do gênero história. Portanto, os números apresentados por Gonçalves reforçam o “boom” editorial biográfico para a década de 1920-40 no Brasil. Cf. GONÇALVES, Marcia de Almeida. *Em terreno movediço: biografia e história na obra de Octávio Tarquínio de Sousa*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009, p.102.

oportunidade de receber o escritor francês na Academia Brasileira de Letras (ABL)³ – que definia a história como arte, ou seja, acreditava ser possível usar os escrúpulos da ciência (história), com os encantamentos do romance (literatura). Em *Figuras do Império e da República*, Otávio Filho teve a preocupação de misturar os dois gêneros, história e literatura. Ao longo de toda sua obra, em cada personagem que biografou, Otávio Filho inseria diferentes referências bibliográficas a fim de garantir ou questionar a verdade de alguns acontecimentos que marcaram a vida de seus personagens, ao mesmo tempo em que se permitiu utilizar termos e expressões que refletiriam sentimentos e emoções pelas quais supostamente passaram os sujeitos que escolheu narrar as experiências de suas vidas. Retornemos à escrita sobre o marquês de Barbacena:

A viagem de sua terra natal para o Rio de Janeiro, o primeiro contato com uma natureza diferente e com homens de posição, o primeiro triunfo pessoal diante dos examinadores, tudo, enfim, que de inédito e inesperado ia vendo e sentindo, iluminava a alma do pequeno Felisberto, e objetivava uma ambição e uma energia ancestrais, até então adormecidas em seu coração menino (OTÁVIO FILHO, 1944:13; grifos meus).

Portanto, Otávio Filho idealizou emoções que o pequeno Felisberto sentiu quando viajou ainda menino para o Rio de Janeiro, depois de passar sua infância na pequena cidade de Mariana (MG). Iniciativa que a “verdade sensível do romance” permite ao romancista realizá-la, mas que a metodologia presente na escrita da história não autoriza o historiador a fazê-la. Neste sentido, a técnica empregada por Otávio Filho aproxima-se das ideias defendidas por Hayden White que afirma que a história é uma mescla de ciência e arte.⁴ No entanto, por mais que White assegure que historiador e romancista operam práticas semelhantes, Michel de Certeau assevera que a operação historiográfica é distinta a do romancista. O historiador tem como objetivo escrever a história a partir das fontes e de forma empírica, diferenciando-se de uma história literária que não tem uma preocupação com o

³ Reportagem do *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 24 de junho de 1969. Cf. “Rodrigo Otávio, pai e filho. Amáveis no verdadeiro sentido: dignos de serem amados.” In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, Volume 284, julho/setembro de 1969, p.211.

⁴ White sustentou que o historiador ao procurar descrever os acontecimentos “verdadeiros” ou “reais”, na verdade reescreve os conjuntos de eventos de maneira a dar um sentido a aqueles acontecimentos - a partir das fontes e informações que possui - imaginando como as coisas de fato aconteceram. Ao realizar essa operação, ele se aproxima do romancista, que partilha da mesma técnica utilizada pelo historiador, ao buscar dar um sentido ao que descreve quando elabora um romance. Logo, para White toda narrativa histórica é ficcional, pois a técnica utilizada por ambos - historiador e romancista - é a mesma. Cf. WHITE, Hayden. “O texto histórico como artefato literário.” In: _____. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. São Paulo: EDUSP, 1994, pp.97-116.

verossímil (CERTEAU, 1982). Logo, o ofício de historiador traz ao pesquisador acadêmico limites em sua escrita que o romancista não possui.

A preferência pelo romance, como método de escrita biográfica, pode ser entendida quando observamos quais indivíduos foram selecionadas por Rodrigo Otávio Filho para serem biografados na obra *Figuras do Império e da República* (OTÁVIO FILHO, 1944). Entre os seis sujeitos biografados, apenas dois – Mauá e Osório – não guardavam alguma relação de afetividade com o biógrafo ou sua família (pai ou avô de Otávio Filho). Entre as figuras republicanas, Prudente de Moraes e Ubaldino do Amaral eram ligados ao seu pai. O primeiro, presidente do Brasil entre 1894 a 1898, teve o pai de Otávio Filho como secretário da presidência da República. Foi seu pai também, amigo íntimo de Ubaldino do Amaral, parceiro da advocacia, frequentando, juntos, o Instituto dos Advogados e possuindo escritório no mesmo prédio da Rua da Quitanda, em velha casa “por cima da tradicional farmácia homeopática Araújo Pena” (OTÁVIO FILHO, 1944: 191). No que diz respeito às figuras do Império, Aureliano Cândido Tavares Bastos era amigo íntimo do avô de Otávio Filho, o Dr. Rodrigo Otávio de Oliveira Meneses. Eram advogados e “militavam na política do partido liberal” (OTÁVIO FILHO, 1944: 108). O pai de Otávio Filho tinha enorme devoção e entusiasmo por Tavares Bastos e, por vezes, surgia “lamentação de que a indiferença e a fraca memória dos homens deixassem perdidas, no tempo e no espaço, uma vida e obra exemplificadoras de raro e surpreendente amor pelo Brasil” (OTÁVIO FILHO, 1944: 107), como confessara ao filho quando trocavam ideias sobre “o passado de nossa terra e nossa gente [...]” (OTÁVIO FILHO, 1944: 107). Vale ressaltar aqui, que a cadeira n.º35 da Academia Brasileira de Letras, fundada por Rodrigo Octávio (pai) e, posteriormente ocupada por seu filho, Otávio Filho, tinha como patrono, precisamente, Tavares Bastos.⁵ Assegurando assim, toda a admiração e respeito que a família tinha pelo *Solitário da Tijuca*.⁶

⁵ Discurso de posse de Rodrigo Otávio Filho à cadeira n.º35 na Academia Brasileira de Letras (ABL) em 19 de junho de 1945. Cf. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=7473&sid=322>> Acesso em: 14 mar. 2015.

⁶ Nome utilizado por Rodrigo Otávio Filho em estudo biográfico sobre Tavares Bastos. Cf. OTÁVIO FILHO, Rodrigo. *Figuras do Império e da República*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Zelio Valverde, 1944, p.108. *Solitário* foi o pseudônimo utilizado por Tavares Bastos em cartas, procedentes da Tijuca, que o *Correio Mercantil* periodicamente publicava em que se debatiam, com certa audácia, os problemas da política imperial. Cf. PONTES, Carlos. *Tavares Bastos (Aureliano Cândido), 1839-1875*. São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1939, pp. 131-147. Uma versão da obra pode ser encontrada na *Brasíliana Eletrônica*. Disponível em: <<http://www.brasiliana.com.br/obras/tavares-bastos-aureliano-candido-1839-1875/preambulo/2/texto>>. Acesso em: 28 mai. 2015

O marquês de Barbacena não foi contemporâneo do pai e do avô de Otávio Filho. No entanto, seu filho mais velho, Felisberto Caldeira Brant, 2º visconde de Barbacena, que viveu 103 anos, tornou-se amigo de Rodrigo Octávio (pai) ao final de sua vida, tendo inclusive seu pai cuidado do testamento do velho visconde.⁷ Na obra de Otávio Filho, a memória afetiva sobre a figura do velho visconde, cliente de seu pai, fica evidente, quando afirmou:

Sem maior esforço, posso bem recordar a figura do visconde de Barbacena, que vi em nossa casa duas ou três vezes, nos tempos já tão longínquos da minha meninice.

Fora o segundo filho do marquês de Barbacena cliente de meu pai, a quem procurara aos 101 anos de idade, por lhe parecer ter chegado o momento de fazer seu testamento... Era o *vovô do vovô*⁸ de uma moçoila que, na casa das Águas Férreas, atendia meu pai, quando lá ia em visita ao velho visconde (OTÁVIO FILHO, 1944: 15).

O contato entre o velho visconde e o pai de Otávio Filho ocorreu porque o último estava produzindo uma obra sobre o bisavô do visconde, seu homônimo, Felisberto Caldeira Brant, o contratador de diamantes de Tijuco (OCTÁVIO, 1900). Em conversa com Capistrano de Abreu, este, recomendou a Octávio (pai) que fosse ao encontro do velho Brant a fim de conseguir informações valiosas a respeito do contratador de diamantes (OCTÁVIO, 1934). Do encontro, uma amizade acabou por surgir entre o acadêmico e o velho visconde. O próprio visconde mereceu um capítulo numa coleção de memórias de Rodrigo Octávio (pai) sobre personagens que conheceu e que resolveu registrar suas lembranças afetivas por eles. Fizeram parte de suas memórias sujeitos como: Machado de Assis, Raul Pompéia, Joaquim Nabuco, Prudente de Moraes, Rui Barbosa, Capistrano de Abreu, D. Pedro II, entre outros. A maioria, intelectuais que atravessaram as mudanças processadas no Brasil, a partir dos anos de 1870, e que acompanharam a crise monárquica, depositando a esperança em mudar o país com reformas de cunho político e social – como a abolição da escravatura – ou participando dos primeiros rumos da república nascente (ALONSO, 2002).

Não poderíamos avançar em nossa análise sem antes apresentar uma breve trajetória de Rodrigo Otávio Filho. Nascido em 8 de dezembro de 1892 no Rio de Janeiro, era filho de Rodrigo Octávio de Langgaard Meneses e de Maria Rita Pederneiras de Langgaard Meneses,

⁷ Testamento de Felisberto Caldeira Brant, 2º visconde de Barbacena. Arquivo Central do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro. Corte de Apelação do Distrito Federal (1891-1937). Testamento. Ano: 1906.

⁸ Rodrigo Octávio, pai de Otávio Filho, explica assim a origem do apelido *vovô do vovô*: “depois me fez saber o Visconde [de Barbacena], a moçoila era neta do Almirante Cerqueira Lima, casado com uma neta do Barbacena, e com quem ele vivia. Era ela neta de uma neta do visconde que era assim, o vovô o seu vovô.” Cf. OCTAVIO, Rodrigo. *Minha memória dos outros*. 1.a Serie. Rio de Janeiro: Livraria Jose Olympio Editora, 1934, p.308.

filha do médico dinamarquês Teodoro Langgaard, “figura lendária da história de Campinas e também da medicina brasileira (RIHGB, 1969: 8.)”. Otávio Filho faleceu em 20 de abril de 1969, no Rio de Janeiro, no mesmo ano em que a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* preparou uma edição comemorativa ao centenário de nascimento de seu pai, Rodrigo Octávio. Neste sentido, a edição acabou por privilegiar pai e filho, ambos membros do IHGB (RIHGB, 1969).

Seu avô paterno, Rodrigo Otávio de Oliveira Meneses era advogado, teatrólogo e político enérgico ligado ao Partido Liberal. No tempo de nascimento de seu filho, Rodrigo Octávio, era o delegado em Campinas encarregado do recrutamento para a Guerra do Paraguai. A ascensão ao Ministério do Partido Liberal, em 1878, fez com que fosse nomeado Presidente da Província do Paraná (RIHGB, 1969). O avô foi advogado de D. Maria Isabel de Alcântara Brasileira de Bragança, 2ª viscondessa de Iguaçú, filha da marquesa de Santos com D. Pedro I e segunda esposa de Pedro Caldeira Brant, segundo filho do marquês de Barbacena e 1º conde de Iguaçú.⁹ Segundo as memórias de Octávio, a viscondessa era uma “velha adiposa, feia, com uma belide em um dos olhos, e sem elegância no trajar. Falava muito alto e dirigia-se a todos, referindo-se sempre, de modo brutal, ao Imperador e a figurões da Corte” (OCTÁVIO, 1934: 314). Segundo Pedro Calmon, Rodrigo Otávio de Oliveira Meneses faleceu moço “deixando pobre a família” (RIHGB, 1969: 9), com o sogro Teodoro Langgaard se tornando o homem importante da família. No entanto, foi precisamente o ambiente político vivido por Meneses que possibilitou a seu filho, Rodrigo Octávio de Langgaard Meneses, e a seu neto, Rodrigo Otávio Filho, ascenderam socialmente.

Rodrigo Octávio de Langgaard Meneses, nascido em 11 de outubro de 1866, foi fundador da Academia Brasileira de Letras, em 20 de julho de 1897. Apesar da convivência com figuras políticas do Império do Brasil, era republicano. Influência do convívio intelectual que teve durante sua formação com sujeitos como Luís Gama e Raul Pompéia. Entretanto, considerava-se um republicano moderado e não radical como Pompéia (RIHGB, 1969: 21-34). Fez estudos de Direito na Faculdade de São Paulo e iniciou a vida pública, com a nomeação, em 1894, para secretário da Presidência da República no governo de Prudente de

⁹ Título de origem toponímica. Pedro Caldeira Brant nasceu em Salvador (BA) e faleceu no Rio de Janeiro. Casou pela primeira vez em 21/08/1838, no Rio de Janeiro, com Cecília Rosa de Araújo Vahia, nascida a 08/11/1820 em São João de Meriti-RJ e falecida a 09.02.1846, 1ª condessa de Iguaçú, pertencente à importante família Vahia do Rio de Janeiro. Casou-se em segundas núpcias, a 02/09/1848, com Maria Isabel de Bragança, 2ª condessa de Iguaçú. Cf. Disponível em: < <http://www.cbg.org.br/novo/colégio/historia/patronos/pedro-caldeira-brant/> > Acesso em: 16 de mar. 2015

Morais (1894-1896). Posteriormente, exerceu a advocacia até 1929 quando foi nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal, pelo presidente Washington Luís. Cargo, em que se aposentou, em 1934.

Rodrigo Octávio de Langgaard Meneses foi professor da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade do Brasil e Doutor Honoris Causa das universidades do México, La Plata, Buenos Aires, Lima, Arequipa e Havana. Foi consultor-geral da República (1911-1929); delegado plenipotenciário do Brasil em diversas conferências internacionais, como as de Haia, para o Direito relativo à Letra de Câmbio (1910 e 1912) e da Paz, de Paris (1919), tendo assinado o Tratado de Versalhes e sendo nomeado vice-presidente na I Assembleia da Liga das Nações (1920). Contribuiu ainda no governo de Epitácio Pessoa (1920-1921) como subsecretário de Estado das Relações Exteriores (1920-1921). Foi ainda membro honorário e vice-presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), bem como presidente, diversas vezes, do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros. Faleceu em 28 de fevereiro de 1944, no Rio de Janeiro.¹⁰

O ambiente político e intelectual proporcionado pelo pai fez de Rodrigo Otávio Filho um amante das letras e da advocacia, seguindo a carreira do avô e do pai. Assim como o pai, foi membro da Academia Brasileira de Letras sucedendo-o na cadeira n.º 35. Foi também, membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e fundou, junto a seu pai, a *Revista Jurídica*, órgão que teve grande prestígio na vida jurídica do país, tendo sido redator-secretário. Fez o curso secundário no Ginásio Nacional, hoje Colégio Pedro II, e no Colégio Alfredo Gomes, recebendo o grau de bacharel em Ciências e Letras em 1909. Pela Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais. No período inicial do século XX, participou ativamente da vida intelectual e literária do Rio de Janeiro, integrando a linha do Penumbrismo, herdeiro do Simbolismo, de que foi cronista. Fez parte do grupo de colaboradores da revista *Fon-Fon!* ao lado do amigo Álvaro Moreyra.

Otávio Filho fez parte do Conselho Superior do Instituto dos Advogados Brasileiros e do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. Assim como o pai, também exerceu cargos na diplomacia. Foi um dos delegados brasileiros nos plenários do Conselho Interamericano das Câmaras de Comércio e Produção, realizados em Chicago (1948) e Santos

¹⁰Biografia de Rodrigo Octávio retirada do site da Academia Brasileira de Letras. Cf. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=207&sid=321>> Acesso em 16 mar. 2015.

(1950). Foi ainda um dos fundadores do PEN Club do Brasil e organizou e foi secretário-geral do Congresso Brasileiro de Língua Vernácula, comemorativo do centenário de Rui Barbosa e promovido pela Academia Brasileira de Letras, em 1949.¹¹

A herança liberal legada de seu pai e avô, também podem explicar a escolha que realizou pelos seis biografados que compõem seu livro *Figuras do Império e da República* (OTÁVIO FILHO, 1944). Em comum, os sujeitos biografados eram descritos como defensores do progresso, isto é, tinham “espírito de iniciativa” e tentavam implementar no país mudanças tecnológicas necessárias para o avanço da nação – casos de Barbacena e Mauá –, além de serem homens com posturas políticas liberais, que ora defendiam mudanças na estrutura política do Estado, ora zelavam pelas instituições liberais de governo.

No caso específico da biografia referente ao marquês de Barbacena é, precisamente, em seu “espírito de iniciativa” que Otávio Filho focou o caráter de seu biografado. Portanto, o autor fez questão de apresentar todas as inovações tecnológicas que o referido marquês procurou executar em terras brasileiras. Neste sentido, Otávio Filho reacendeu a polêmica em torno da introdução da vacina no Brasil. Para isso, realizou debate entre estudos que afirmavam e negavam a primazia de Barbacena como introdutor da vacinação no Brasil.

Ao lado dos que defendiam o marquês como promotor da vacinação no país, Otávio Filho recorreu aos estudos biográficos de Costa Aguiar, Sisson e Calógeras, bem como Abreu Lima que afirmou que foram os negociantes da Bahia que importaram de Lisboa, em 1804, a vacina e mandaram inocular sete escravos menores. Entretanto, Otávio Filho questionou Lima:

*Mas era ou não era Barbacena, naquele mesmo ano de 1804, senão o mais rico, um dos mais ativos e inteligentes negociantes da Bahia? Assim sendo, não parece lógico que, pelo menos, estivesse ele **entre os negociantes** que tiveram a iniciativa patriótica? (OCTÁVIO FILHO, 1944: 17-18; grifos meus.)*

Rodrigo Otávio Filho reforçou seu argumento ao lembrar que em 1804, naturalmente, Caldeira Brant ainda não era notoriamente conhecido. Talvez por isso, o Príncipe Regente não tenha feito referencial especial ao futuro marquês, quando “mandou o governador Francisco da Cunha Meneses testemunhar àqueles negociantes o seu real agrado pela iniciativa (OCTÁVIO FILHO, 1944: 18).”¹²

¹¹ Biografia de Rodrigo Otávio Filho retirada do site da Academia Brasileira de Letras. Cf. Disponível em: <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inford=200&sid=322> Acesso em 16 mar. 2015.

¹² Em aviso de 19 de novembro de 1804, de João Rodrigues de Sá, visconde de Anadia, dirigido a Francisco da Cunha e Meneses, governador da Bahia, sobre a introdução da vacina contra as bexigas no Brasil, o visconde

Do lado dos que contestavam a versão de que Barbacena introduziu a vacina no Brasil, o biógrafo ofereceu os trabalhos de Alfredo Piragibe, *A Primeira Página de História da Vacina no Brasil*, bem como do visconde de Porto Seguro, Francisco Adolfo de Varnhagen, *História Geral do Brasil* para refutar os “méritos” do marquês na questão. Ambos os estudos apresentaram versões diferentes para a introdução da vacina. Piragibe afirmou que foi o cirurgião-militar Francisco Mendes Ribeiro de Vasconcelos, a mando do vice-rei conde de Resende, o introdutor da prática, já que inoculava pessoas desde 1801, na cidade do Rio de Janeiro.¹³ Varnhagen alegou que já em 1798, na cidade do Rio de Janeiro, “não deixou a Corte promover [...] com todo o empenho, a propagação do feliz invento da vacina” (OCTÁVIO FILHO, 1944: 19). Piragibe respondeu a versão exposta por Varnhagen e, declarou que o mesmo não investigou bem, pois desde 1798, o cirurgião-militar Francisco Mendes Ribeiro já era “na mesma cidade tão conhecido pela perícia médica com que inoculava a vacina” (OCTÁVIO FILHO, 1944: 19). Otávio Filho rebateu os dois autores ao afirmar que houve uma confusão com o entendimento do termo “vacinação”:

É isso porque os documentos que se referem à vacinação, antes de 1804, falam da variolização, isto é, da inoculação do próprio pus da variola e não da vacinação jenneriana, que é feita com a linfa do cow-box, e foi descoberta por Eduardo Jenner, médico em Berkley, e que publicou, em 1798, um opúsculo sobre as causas e efeitos das bexigas das vacas.

A variolização, praticada, havia longo tempo, no extremo oriente, foi levada para a Inglaterra por lady Montagut, que dela teve conhecimento em Constantinopla em 1717.

Em 1743, segundo La Condamine, os frades jesuítas a introduziram no Pará, para combater as devastações que a varíola vinha fazendo entre os indígenas (OCTÁVIO FILHO, 1944: 19; grifos meus).

Portanto, segundo Otávio Filho, Barbacena seria o autor único do feito ou, pelo menos, estaria inserido no grupo de negociantes baianos responsáveis por trazer a primeira

destacou que o príncipe regente D. João tinha visto “com muita satisfação, que alguns Negociantes dessa cidade [Bahia]” mandaram “seis negrinhos, para se vacinar um nas vésperas da partida do Navio, e se irem vacinando os outros durante a viagem.” Cf. Aviso do visconde de Anadia, dirigido a Francisco da Cunha e Meneses, governador da Bahia, sobre introdução da vacina no Brasil. Mafra, 19 de novembro de 1804. Biblioteca Nacional. Seção de Manuscritos. No. 6.381 do C.E.H.B. I, 31,30,49. Cf. tb. Ofício de Francisco da Cunha e Meneses, governador da Bahia, dirigido a João Rodrigues de Sá, visconde de Anadia, em que comunica já se achar introduzido o uso da Vacina no Brasil. Bahia, 01 de junho de 1805. Em anexo: ofício de D. Fernando José de Portugal, Vice-rei do Brasil, a Francisco da Cunha e Meneses, governador da Bahia, sobre o mesmo assunto. Rio de Janeiro, 2 de maio de 1805. Biblioteca Nacional. Seção de Manuscritos. No. 6.382 do C.E.H.B. I-31, 30, 50. Existe uma cópia do documento microfilmado pela Biblioteca Nacional cf. Microfilme MS-512 (94).

¹³ Em ofícios do vice-rei do Brasil, D. José Luís de Castro, conde de Resende, dirigidos a D. Rodrigo de Souza Coutinho, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, o mesmo relata a convocação de médicos da capitania do Rio de Janeiro para que fizessem uso da inoculação na população daquela capitania. Os ofícios são de 16 de dezembro de 1799 e de 1º de fevereiro de 1800, portanto, no mínimo cinco anos antes de Barbacena introduzir a vacina na Bahia. Cf. BR AN RIO 86 COD.69 v.9 e v.10

vacina de Jenner para o país. Para o autor, como aquela técnica era a utilizada pela medicina recente, logo devia ser considerada a primeira vacinação e, portanto, o marquês ou o grupo do qual fazia parte – os negociantes baianos – devia ser lembrado pelo feito. Vale destacar aqui uma referência utilizada pelo biógrafo para ratificar sua conclusão:

Viera Fazenda contesta, na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (tomo 95, vol.149, págs.22 a 26), o que escreveu Alfredo Piragibe em 1881, e dá a glória integral da introdução da vacina no Brasil ao marquês de Barbacena. São dele estas palavras: “O venerado visconde, filho do morto de 1840, em palestra, nas quais muito aprendi, garantia que fora ele, visconde, a primeira pessoa de cor branca vacinada em todo o Brasil” (OCTÁVIO FILHO, 1944: 20; grifos meus).

Como pudemos observar, Felisberto Caldeira Brant¹⁴, 2º visconde de Barbacena, ocupou-se em reforçar uma memória positiva a respeito de seu pai, ao garantir ter sido ele o primeiro homem branco que recebeu a vacinação jenneriana. Por conseguinte, isso só foi possível porque seu pai foi o real introdutor da técnica no país.¹⁵ Otávio Filho finalizou a discussão a respeito da vacina, declarando:

Para mim, não paira dúvida a respeito. Basta conhecer-lhe o espírito de iniciativa, e vê-lo no meio da pasmaceira que devia ser o ambiente baiano em 1804. Homem culto, rico e viajado, era o mais progressista negociante da terra e tinha ambições políticas não pequenas (OCTÁVIO FILHO, 1944: 20; grifos meus).

Deste modo, se para Pandiá Calógeras o caráter de Barbacena podia ser descrito como “diplomata homem de Estado”¹⁶, para Rodrigo Otávio Filho era o “espírito de iniciativa” que caracterizava o marquês. Além da introdução da vacina, o referido biógrafo fez questão de destacar os investimentos realizados por Caldeira Brant a fim de melhorar a colônia brasileira.

¹⁴ Felisberto Caldeira Brant Pontes nasceu na Bahia em 20 de julho de 1802. Era Filho dos marqueses de Barbacena, Felisberto Caldeira Brant Pontes Oliveira e Horta e D. Ana Constança Guilhermina de Castro Cardoso. Serviu no Exército na Bahia, mas a carreira militar não foi a carreira definitiva do visconde de Barbacena. Depois de uma viagem com seu pai pela Inglaterra, de 1818 a 1821, sentiu-se atraído pela diplomacia. De 1825 a 1827, exerceu cargos diplomáticos em Paris, Londres e Viena, só retornando ao Brasil, em 1830. Foi agraciado por Pedro I, em 31 de julho de 1830, com o título de visconde de Barbacena, com grandeza. Foi o primeiro introdutor de cana de açúcar na Província do Rio de Janeiro. Era sócio honorário do Instituto Histórico Brasileiro (IHGB), grande dignitário da Ordem da Rosa e comendador da de Cristo. Faleceu na cidade do Rio de Janeiro em 28 de maio de 1906. Cf. VELHO SOBRINHO. J. F. *Dicionário Biobibliográfico Brasileiro*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1940, p.69-71.

¹⁵ Em artigo de 12 de junho de 1910, intitulado “Vacinna” e publicado no jornal *A Notícia*, Vieira Fazenda volta a defender o marquês de Barbacena como introdutor da vacina de Jenner. No artigo, Fazenda mencionou mais uma vez a história do visconde de Barbacena como primeiro homem de cor branca que recebeu a vacinação jenneriana. Cf. “A notícia.” 15-16 de junho de 1910. Edição 140. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *Dicionário Biográfico da Viscondessa de Cavalcanti*, Parte III, Envelope 79. O jornal pode ser encontrado ainda na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Cf. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=830380&pasta=ano%20191&pesq=Vacina>> Acesso em 16 mar. 2015.

¹⁶ A expressão foi retirada de Calógeras. Cf. CALÓGERAS. João Pandiá. “Diplomatas mineiros”. IN: _____. *Estudos históricos e políticos. (Res nostra...)*. Coleção Brasileira. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936, p.439.

Segundo Otávio Filho, foi o futuro marquês de Barbacena responsável, com expensas próprias, pela construção de uma estrada de 42 léguas ligando São Jorge dos Ilhéus ao arraial de Conquista; pela introdução da primeira máquina a vapor – empregada na moagem de cana da fazenda de seu cunhado, Antônio Cardoso dos Santos –; pela admissão da máquina a vapor em embarcação construída por ele próprio, que realizou sua primeira viagem da Bahia a Cachoeira; pela propagação da semente da cana caiena e da cana rajada; por ter pleiteado o estabelecimento de uma filial do Banco do Brasil, na Bahia, pela necessidade de “fecundar o trabalho com o capital” (OCTÁVIO FILHO, 1944: 26); além de ter colaborado com os viajantes naturalistas Von Spyx e Martius (OCTÁVIO FILHO, 1944: 23-27).

Todas estas “façanhas” promovidas por Barbacena, descritas pelo biógrafo, ajudaram-no a reforçar a imagem que queria “construir” sobre o marquês, isto é, do homem com “espírito de iniciativa”. A estratégia-chave escolhida por Otávio Filho para avigorar seu argumento sobre o marquês como um progressista à frente da “pasmaceira” de sua época foi compará-lo com Irineu Evangelista de Souza, o visconde de Mauá. O visconde, inclusive, é a segunda figura biografada por Otávio Filho em *Figuras do Império e da República*, logo a seguir ao ensaio de Barbacena. Vale ressaltar que o primeiro tópico da biografia de Mauá é intitulado “Barbacena e Mauá”. Nele, assim iniciou o ensaio biográfico do visconde:

Procurando seguir a linha lógica do progresso nacional – caso a lógica, pelos tempos que correm, possa ser invocada como base de raciocínio –, vamos encontrar, na atividade de Mauá, como que a continuação de outra, surgida no princípio do século passado, nos últimos tempos do jugo colonial e nos primeiros de nossa vida independente: a atividade do marquês de Barbacena (OCTÁVIO FILHO, 1944: 53; grifos meus).

Logo, para Rodrigo Otávio Filho o visconde de Mauá era um continuador do “espírito de iniciativa” do marquês de Barbacena. “Ambos foram os homens mais adiantados de suas épocas. Comerciantes, industriais e financistas” (OCTÁVIO FILHO, 1944: 54). Portanto, eram homens ligados ao progresso material do país. Segundo o biógrafo, era nítido o “espírito de brasilidade, no marquês de Barbacena como no visconde de Mauá” (OCTÁVIO FILHO, 1944: 54). Neste sentido, o que ligava a vida daqueles homens era a necessidade de elevar o Brasil ao patamar das nações desenvolvidas; era progredir materialmente o país e dominar a bela natureza das terras brasílicas:

Se Barbacena fez navegar em águas brasileiras a primeira embarcação aqui construída e movida por motores a vapor, Mauá foi o promotor da exploração da navegação do Amazonas e o organizador dos primeiros estaleiros nacionais. Se Barbacena foi, de certo modo, o nosso primeiro banqueiro, Mauá foi, sem dúvida, o consolidador do comércio bancário, o que lhe valeu a acertada frase com que

Tristão de Ataíde tão bem o definiu: “O Caxias da unidade econômica do Brasil”
(OCTÁVIO FILHO, 1944: 54).

Para Otávio Filho, Mauá e Barbacena representavam homens de convicções liberais, modernas, associados ao que mais de avançado existia e era pensado pelas sociedades europeias. Desta forma, acabavam por destoar da “influência dos vícios que roíam o retardado ambiente nacional” (OCTÁVIO FILHO, 1944: 55). O paralelismo de suas vidas ia além do caráter progressista, pois “[a]mbos foram políticos, a seu modo; ambos tiveram glória, ambos experimentaram desilusões; ambos acusados e apontados como desonestos, enfrentaram situações humilhantes, que souberam vencer” (OCTÁVIO FILHO, 1944: 55).

Ainda no que diz respeito ao ensaio biográfico de Barbacena escrito por Rodrigo Otávio Filho, este fez referência a outras importantes passagens da vida do marquês, como: as negociações pelo reconhecimento do Império do Brasil com as potências europeias; o comando do exército brasileiro durante a campanha da Cisplatina; o negociador responsável pelo segundo casamento do Imperador; a participação na crise de sucessão da Coroa portuguesa ao ser nomeado pelo monarca como tutor de sua filha D. Maria da Glória, rainha de Portugal, na excursão que a levou até Portugal para assumir o trono português; a nomeação como Ministro da Fazenda (1829) e a queda de seu gabinete em setembro de 1830; e, a redação da carta que dirigiu ao imperador D. Pedro I em que alertava que se não mudasse sua postura no governo perderia a coroa. No entanto, em nenhum destes eventos apresentou uma visão diferente às principais biografias de Barbacena.¹⁷ Assim como, Costa Aguiar e Pandiá Calógeras, Otávio Filho procurou minimizar as críticas à atuação de Barbacena na Batalha de Passo do Rosário: “Um episódio militar de resultado incerto, não pode nem deve diminuir a glória de quem, como ele, dedicou sua vida ao serviço da pátria” (OCTÁVIO FILHO, 1944: 43). Ainda seguindo a linha dos seus biógrafos, Filho defendeu a clareza da carta de 15 de dezembro de 1830 enviada por Barbacena a D. Pedro I, na qual alertava sobre sua postura e o quanto essas atitudes culminariam na queda de seu governo: “Foi profético o marquês: quatro meses bastaram. Em 7 de abril de 1831, abdicava D. Pedro I o trono do Brasil” (OCTÁVIO FILHO, 1944: 52). Assim como S. A. Sisson, Rodrigo Otávio Filho não fez qualquer menção à autoria do marquês para com a norma de 1831, bem como não expôs seu projeto de lei de 1837, que procurava anular o primeiro código, e instituir novas regras para

¹⁷ SISSON, S. A. *Galeria dos brasileiros ilustres*. Vol.I e II. Brasília: Senado Federal, 1999; AGUIAR, Antônio Augusto de. *A vida do marquês de Barbacena*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1896; CALÓGERAS, Pandiá. *O marquês de Barbacena...*op.cit.

abolir o comércio brasileiro de escravos. Logo, assim como os demais biógrafos¹⁸, questões ligadas à escravidão foram “silenciadas”.

Tendo em vista que o gênero biográfico tem por sentido narrar à vida de um determinado sujeito, dar a ela um sentido, tornando-a não apenas partilhável, mas também, significativa, isto é, sendo "o tempo uma experiência socialmente compartilhável" (GUIMARÃES, 2008: 19-20) defendemos a ideia de que a produção biográfica *Figuras do Império e da República* (1944) de Rodrigo Otávio Filho, ajudou a construir um “retrato” sobre o marquês de Barbacena. Desta forma, preocupamo-nos em mapear aqui algumas das memórias que foram “selecionadas” por Otávio Filho a fim de instituir uma “imagem” sobre seu biografado. Defendemos que as referidas lembranças expostas por Otávio Filho não foram escolhidas aleatoriamente, mas sim, resultado de um trabalho de construção de memória iniciada pelos filhos do marquês, Pedro Caldeira Brant, 1º conde de Iguaçú, e Felisberto Caldeira Brant, 2º visconde de Barbacena, a fim de perpetuar o nome de seu pai – bem como da própria família –, como digno de pertencer ao panteão de heróis da história nacional. Uma análise sobre as estratégias adotadas pelos seus filhos na elaboração de uma representação sobre o pai (marquês de Barbacena) será mais bem explicitada em trabalhos futuros.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AGUIAR, Antônio Augusto de. *A vida do marquês de Barbacena*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1896

ALONSO, Ângela. *Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz & Terra, 2002.

CALÓGERAS, João Pandiá. *O marquês de Barbacena*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

_____. "Diplomatas mineiros". IN: CALÓGERAS, João Pandiá. *Estudos históricos e políticos. (Res nostra...)*. Coleção Brasiliana. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.

CARVALHO, Antônio Gontijo de. *Calógeras*. Coleção Brasiliana. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.

CERTEAU, Michel de. "A operação historiográfica". In: CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982, pp.65-119;

¹⁸ Ver nota anterior.

GONÇALVES, Marcia de Almeida. *Em terreno movediço: biografia e história na obra de Octávio Tarquínio de Sousa*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009.

GUIMARÃES, Manuel Luiz Salgado. "Prefácio: A biografia como escrita da História". In: SOUZA, Adriana Barreto de. *Duque de Caxias: o homem por trás do monumento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

OCTAVIO, Rodrigo. *Felisberto Caldeira. Chronica dos tempos coloniaes*. Rio de Janeiro: Laemmert & C. Editores, 1900.

_____. *Minha memoria dos outros*. 1.a Serie. Rio de Janeiro: Livraria Jose Olympio Editora, 1934.

OTÁVIO FILHO, Rodrigo. *Figuras do Império e da República*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Zelio Valverde, 1944.

PALHA, Américo. *Pandiá Calógeras: O Estadista e o Sábio*. Coleção Lindolfo Collor. Brasil: Serviço de Documentação do M.T.I.C., 1959.

PINTO, Luiz. *Pequenos estudos sobre grandes administradores do Brasil: Pandiá Calógeras*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação, do D.A.S.P., 1956.

PONTES, Carlos. *Tavares Bastos (Aureliano Cândido), 1839-1875*. São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1939.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, Volume 284, julho/setembro de 1969.

SISSON, S. A. *Galeria dos brasileiros ilustres*. Vol.I e II. Brasília: Senado Federal, 1999;

WHITE, Hayden. "O texto histórico como artefato literário." In: _____. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. São Paulo: EDUSP, 1994, pp.97-116.